

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2024.

No dia 15 de outubro de 2024 reuniram-se, às 13h40min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Anderson Mauro da Silva, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação sobre carteira administrada pelo representante da XP;**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de setembro/2024;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: Foi iniciada apresentação a respeito da gestão da carteira administrada pelo representante da XP Investimentos, Gabriel Martins. O representante falou sobre a possibilidade de transferir parte da gestão dos fundos ilíquidos para gestão da XP. O representante disse que não há muito como a XP contribuir no aspecto gerencial, pois as questões dos fundos ilíquidos se referem à parte jurídica, o que não é à especialidade dos gestores da XP. Sobre a gestão dos fundos líquidos, o representante falou sobre a possibilidade legal para a gestão dos ativos. O representante expôs o modelo de carteira administrada com as estratégias correspondentes. O membro do Comitê Daniel perguntou ao representante da XP se há outros RPPSs transferindo a gestão da carteira. O representante falou que os RPPSs de Guarapari e Joinville já fizeram. O representante da XP falou sobre as vantagens da gestão ser transferida, pois gera agilidade e diminui custos de gestão da carteira.

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a setembro. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal negativa de R\$ 1.356.113,25, no percentual de -0,3%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 19.558.584,57, equivalente ao percentual de 4,51%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 270.694,47, representando o percentual de -0,6%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 2.396.300,53, no percentual de -5,01%. Na **carteira total**, no mês, o resultado negativo foi de R\$ 1.626.807,72 equivalente ao percentual de -0,33%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 17.162.284,04, equivalente ao percentual de 3,21%, ficando 3,8% abaixo da meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 4,81%. O resultado durante o mês de setembro foi impactado pela rentabilidade negativa da renda fixa agressiva de R\$ 1,1 milhão e da renda variável nacional de R\$ 2 milhões contra uma rentabilidade positiva de 1,2 milhão dos títulos marcados na curva. Segundo Boletim da Caixa, a performance negativa no mês pode ser explicada, majoritariamente, pelo aumento da aversão ao risco dos investidores em função da elevação da curva de juros doméstica e, conseqüentemente, do aumento do prêmio de risco. Investidores continuam com dúvidas sobre como se dará a evolução da política fiscal brasileira, ao mesmo tempo em que a economia continua apresentando forte expansão e com um mercado de trabalho apertado, fazendo com que as expectativas de inflação para os próximos anos aumentem, que por sua vez, faz com que os investidores esperem que o Banco Central precisará

elevar os juros mais que o anteriormente previsto, impactando negativamente os ativos de risco nacionais. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 3: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de setembro, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de setembro as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 5.478.141,46; COMPREV: R\$ 824.021,31. Aluguel: R\$ 14.120,00. O valor total das receitas: R\$ 6.316.282,77. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 6.974.975,35.

Quanto ao item 4: De acordo com a análise da Caixa Econômica em seu Boletim mensal, em setembro, os mercados internacionais foram impactados por duas medidas importantes: a flexibilização monetária nos Estados Unidos e os estímulos econômicos na China. O Federal Reserve (Fed) surpreendeu com um corte de 50 bps na taxa básica de juros, mais rápido do que o esperado pelo mercado, devido a uma inflação controlada e sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. Esse movimento resultou em um enfraquecimento do dólar frente a outras moedas, alta nos preços das commodities, valorização das bolsas de valores—com o S&P 500 atingindo um recorde— e quedas nas curvas de juros globalmente. Simultaneamente, a China anunciou medidas de estímulo para reaquecer sua economia e o setor imobiliário, em meio a uma deterioração econômica e risco de deflação. Isso aumentou as expectativas de que a meta de crescimento de 5% do PIB não será alcançada neste ano. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) cortou a taxa de juros em 25 bps, em resposta a um cenário de inflação que se aproxima da meta e uma atividade econômica fraca. No Brasil, a situação foi diferente: enquanto outros bancos centrais relaxam suas políticas, o Banco Central do Brasil (BCB) começou um ciclo de aumento de juros, com um ajuste de 25 bps na taxa Selic. A decisão foi motivada por uma economia aquecida e pressões inflacionárias, que exigem um controle maior da política monetária para garantir a convergência da inflação à meta. No campo fiscal, o governo brasileiro liberou parcialmente despesas do orçamento, contrariando expectativas do mercado, o que gerou preocupações sobre a sustentabilidade da dívida. A combinação da alta da Selic com a deterioração fiscal levou ao aumento do prêmio de risco, refletido na abertura da curva de juros. A curva de juros real se abriu em todos os prazos, enquanto a pós-fixada mostrou um aumento nos vértices mais curtos e queda nos longos, sinalizando expectativas de uma Selic terminal mais alta. Essas dinâmicas refletem o ajuste dos mercados a políticas monetárias divergentes e a condições econômicas específicas de cada região, resultando em diferentes impactos nos ativos financeiros e nas expectativas dos investidores. O IPCA avançou +0,44% (M/M) em setembro, acelerando em relação ao recuo de -0,02% (M/M) observado no mês anterior. Foi a maior variação mensal dos últimos 4 meses. Sendo que a variação foi superior a projeção de mercado de +0,4%. Com isso, o índice acumulou alta de +4,42% em 12 meses (ante +4,24% em agosto), acelerando assim nessa base comparação. Os itens que mais contribuíram vieram dos grupos Despesas pessoais (variação de -0,31% ante projeção de +0,35%) e Alimentação e bebidas (+0,5% ante projeção de +0,29%). A maior contribuição para a variação do índice contudo, partiu do grupo Habitação influenciado pelo expressivo aumento dos itens de Combustíveis e energia com destaque para Energia elétrica

residencial. Os preços administrados avançaram +1,01% em setembro ante - 0,12% de agosto, influenciados principalmente pelo avanço dos preços do item Energia elétrica residencial (+5,36% ante -2,77% na leitura anterior). Já os preços livres aceleraram (de +0,02% para +0,24%) deixando de ser os principais vetores do IPCA. Nas aberturas dos preços livres, produtos industriais e serviços desaceleraram de +0,18% para +0,16% e de +0,24% para +0,15% respectivamente. Por outro lado, alimentos aceleraram de - 0,73% para +0,56%. Na reunião do Copom (18/09), o comitê optou, unanimemente, por elevar a Selic em 0,25pp (10,50% para 10,75% aa). Sobre o comunicado, destaque para o comitê reforçando o risco altista para a inflação no cenário prospectivo, e que, portanto, há um viés ainda mais contracionista para política monetária. Em 24/09, houve a publicação da Ata do Copom. No documento, o comitê reforçou pontos trazidos no comunicado, como a preocupação com o cenário prospectivo para a inflação. O comitê salientou que o início do ciclo deveria ser gradual, mas que os próximos passos e a magnitude do ajuste dependerão dos dados. Sobre a inflação, deixou de fazer menção ao processo desinflacionário. Os itens do balanço de riscos para a inflação não mudaram, mas foi reafirmado sua assimetria altista, em linha com o comunicado.

Quanto ao item 5: Foi sugerida a retirada de 1.900.000,00 do Fundo Global Equities do Santander, de R\$ 800.000,00 do Fundo BB Ações Nordea, R\$ 2.400.000,00 do Fundo Itau Mercados Emergentes e R\$ 900.000,00 do Fundo Itau Ações Europa, totalizando 6 milhões. Os recursos serão mantidos nos próprios bancos. Os recursos do Santander serão aplicados no fundo “DI Institucional Premium”, os recursos do BB serão aplicados no “BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI”, os recursos do Itau serão aplicados no Fundo “Itau Institucional Referenciado DI”. A justificativa da movimentação é que os fundos de renda variável internacional tiveram alta rentabilidade no ano de 2024 de modo que será resgatada uma parte da rentabilidade. O objetivo da aplicação em fundos DI é aumentar a liquidez da carteira tendo em vista as novas aquisições de NTN-B. Os resgates estão em linha com a PAI, uma vez que o atual percentual de investimento em ações no exterior está acima da alocação objetiva. Com a movimentação gera pequeno aumento no risco de crédito, uma vez que os fundos resgatados são recursos de investimentos em fundos de ação no exterior e os fundos aplicados possuem crédito privado de baixo risco. Há uma redução considerável do risco de mercado pois com a aplicação em fundos DI, os fundos com menor volatilidade. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". A sugestão de alocação gera pequeno aumento do risco jurídico, pois o resgate será de fundos no exterior para alocação em fundos DI que possuem crédito privado de baixo risco. Com a movimentação há uma redução considerável do risco sistêmico pois a aplicação será em fundos DI, os fundos com menor volatilidade. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi sugerido o resgate de cerca de 10,2 milhões do fundo BB “Alocação Ativa Retorno Total” para aquisição de 2.500 NTN-B 2035 para marcação na curva, e o resgate de cerca de 2,55 milhões do Fundo “Gestão Estratégica” da Caixa e cerca de 2,5 milhões do Fundo “Itaú Alocação Dinâmica” para aquisição de 1250 NTN-Bs 2060 para marcação a mercado. A justificativa para a movimentação é que as NTN-Bs estão com taxas muito superiores à meta atuarial e à média das NTN-Bs em carteira no Instituto, indicando que as aquisições contribuirão com a saúde financeira do Instituto a longo prazo. Quanto a NTN-B 2035, a empresa ETA Atuarial encaminhou relatório de projeções atuariais indicando que o saldo capitalizado previsto do Instituto em 2035 será de R\$ 183,4 milhões, superior ao acumulado de NTN-Bs 2035 atualmente marcadas na curva, de R\$ 52,2 milhões, de modo que o Instituto tem condições de garantir a manutenção do título até o vencimento com taxa superior à meta atuarial. Com a movimentação não

há alteração no risco de crédito, pois os fundos resgatados são 100% em título públicos e os recursos serão aplicados em fundos 100% de títulos públicos. Para as NTN-Bs 2035, há uma redução do risco de mercado pois como a NTN-B 2035 é marcada na curva e será carregada até o vencimento possui risco zero. Para as NTN-Bs 2060, há um considerável aumento do risco de mercado pois o papel será marcado no mercado e é o título mais longo disponível para compra. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Com a movimentação não há alteração no risco jurídico, pois os fundos resgatados são 100% em título públicos e os recursos serão aplicados em fundos 100% de títulos públicos. Para as NTN-Bs 2035, há uma redução do risco sistêmico pois como a NTN-B 2035 é marcada na curva e será carregada até o vencimento possui risco zero. Para as NTN-Bs 2060, há um considerável aumento do risco sistêmico pois o papel será marcado no mercado e é o título mais longo disponível para compra. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** O restante dos recursos do COMPREV será aplicado no "Itau Institucional DI". A justificativa para a aplicação é que o fundo tem apresentado melhor rentabilidade nos últimos anos. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 16h00min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Anderson Mauro da Silva
Membro

Evelyn Sousa Faria
Membro

